

# crimes contra as finanças públicas

TIPO PENAL	CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Contratação de operação de crédito	Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, <b>sem</b> prévia <b>autorização</b> legislativa <b>ou</b> com <b>inobservância de limites/exigências</b> ou quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o <b>limite legal</b>	Reclusão (1 a 2 anos)	
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar de despesas <b>não empenhadas</b> ou que <b>excedam</b> o <b>limite</b> estabelecido em lei	Detenção (6 meses a 2 anos)	<b>Não</b> importa se a despesa foi ou não inscrita para que haja consumação. É crime <b>formal</b>
Assunção de obrigação no último dia de mandato ou legislatura	Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação nos <b>dois últimos quadrimestres</b> do <b>último ano</b> do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser <b>paga</b> no <b>mesmo exercício financeiro</b> ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de <b>disponibilidade de caixa</b>	Reclusão (1 a 4 anos)	É crime <b>próprio</b> . (Só por quem é detentor do mandato) É Crime <b>formal</b> . <b>Não é necessário</b> que o mandatário tenha <b>intenção</b> de prejudicar seu sucessor
Ordenação de despesa não autorizada por lei	<b>Ordenar</b> despesa não autorizada por lei	Reclusão (1 a 4 anos)	<b>Não é punível</b> quem <b>executa</b> a ordem e realiza a despesa

# CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

TIPO PENAL	CONDUTA	PENA	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES
Prestação de garantia graciosa	Prestar garantia em operação de crédito <b>sem</b> que tenha sido constituída <b>contragarantia</b> em valor igual/superior ao da garantia prestada	Detenção (3 meses a 1 ano)	É crime <b>formal</b> (Não se exige que haja prejuízo ao erário)
Não cancelamento de restos a pagar	<b>Deixar de</b> ordenar/autorizar/promover o <b>cancelamento</b> do montante de restos a pagar inscrito em valor <b>superior ao permitido</b> em lei	Detenção (6 meses a 2 anos)	Conduta <b>omissiva</b> . Consuma-se quando <b>se esgota o prazo</b> para realização do ato. Deve ter havido <b>vontade do agente</b> (Não basta mero esquecimento)
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura	Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete <b>aumento de despesa com pessoal</b> nos <b>180 dias</b> anteriores ao término do mandato ou legislatura	Reclusão (1 a 4 anos)	É Crime <b>formal</b> . É crime de <b>ação múltipla</b> (Plurinuclear)
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado	Ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de <b>títulos da dívida pública</b> sem que tenham sido criados por <b>lei</b> ou sem que estejam <b>registrados</b> em sistema centralizado de liquidação e custódia	Reclusão (1 a 4 anos)	"Sem que tenham sido..." = <b>elemento normativo</b> do tipo. É crime <b>formal</b>